

Telefônica

Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil S.A.

CNPJ nº 35.473.014/0001-07

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO									
Senhores acionistas: Cumprindo às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentados de acordo com as Normas Contábeis Internacionais (IFRS) e com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Finalmente, a administração da Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil S.A. agradece aos acionistas, clientes, fornecedores e instituições financeiras pelo apoio e confiança depositados, em especial aos funcionários, pela dedicação e esforços empreendidos.									

BALANÇO PATRIMONIAL									
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)									
ATIVO	Nota	31.12.22	31.12.21		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31.12.22	31.12.21	
Ativo circulante		326.447	68.952		Passivo		334.720	63.003	
Caixa e equivalentes de caixa	4	56.844	42.774		Pessoal, encargos e benefícios sociais	10	13.866	7.266	
Contas a receber	5	113.429	39.247		Fornecedores	11	159.155	44.040	
Créditos com partes relacionadas	21	3.233	5.359		Imposto de renda e contribuição social a recolher	6.b	-	980	
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	6.a	14.487	-		Impostos, taxas e contribuições a recolher	12	15.092	3.868	
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	7	18.600	1.242		Arendamentos	13	17.194	1.130	
Despesas antecipadas	8	118.635	185		Receitas diferidas	14	126.522	4.746	
Outros ativos		1.219	145		Obrigações com partes relacionadas	21	23	-	
					Outros passivos		868	973	
Ativo não circulante		15.616	6.236		Passivo não circulante		2.659	3.231	
Realizável a longo prazo		495	-		Pessoal, encargos e benefícios sociais	10	304	-	
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	7	244	-		Arendamentos	13	2.205	3.224	
Despesas antecipadas	8	251	-		Receitas diferidas	14	63	-	
Imobilizado		14.673	6.072		Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	20	87	7	
Intangível		448	164		TOTAL DO PASSIVO		337.379	66.234	
					Patrimônio líquido		4.684	28.954	
					Capital social	15	104.000	104.000	
					Capital social a integralizar	15	(20.000)	(51.000)	
					Prejuízos acumulados		(79.316)	(24.046)	
TOTAL DO ATIVO		342.063	95.188		TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		342.063	95.188	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

1. A COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES

a) Informações Gerais

A Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil S.A. ("Companhia" ou "CloudCo"), com sede na Avenida Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 1690, na cidade de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, Brasil, tendo como principais atividades a exploração de soluções integradas, planejamento, gestão, consultoria, *outsourcing*, gerenciamento e a prestação de serviços de reparação, manutenção, assistência técnica e suporte técnico em equipamentos de rede, informática e tecnologia da informação e comunicação, entre outras.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia era controlada pela Telefônica Brasil S.A. ("TBrasil"), que detinha 100 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, representadas por R\$100,00 (Cem Reais), porém sem atividades operacionais.

As atividades operacionais da Companhia iniciaram-se a partir de 1º de maio de 2021.

Em 2 de agosto de 2021, o Conselho de Administração da TBrasil aprovou a celebração do Contrato de Compra e Venda e Substituição de Ações, por meio do qual alienou parte das ações de sua titularidade e de emissão da Companhia, para a Telefônica Cybersecurity & Cloud Tech, S.L. ("TC&CT"), que em 2 de agosto de 2021 era controlada direta da Telefônica S.A. ("Operação").

A Operação possibilitou o desenvolvimento da Companhia como uma Companhia brasileira dedicada em serviços e soluções de *cloud computing* para B2B, visando alavancar posicionamento em serviços e soluções e capturar oportunidades de crescimento dos negócios. Inclui ainda, a celebração de um contrato de intermediação comercial, por meio do qual a TBrasil atua como canal de vendas exclusivo da Companhia.

Esta Operação não estava sujeita à obtenção de quaisquer autorizações regulatórias ou de aprovações adicionais àquelas já obtidas por órgãos da Companhia, gerando valor a seu acionistas através de aceleração do seu crescimento e aumento da eficiência operacional.

A seguir, apresentamos os efeitos contábeis no patrimônio líquido da Companhia, decorrentes do fechamento da Operação, ocorrida em 2 de agosto de 2021:

Eventos	R\$ mil
Aporte de capital em recursos pela TBrasil (1)	28.000
Resultado da Companhia em 02/08/21 (2)	(5.523)
Patrimônio Líquido da Companhia em 02/08/21, antes do closing	22.477
Subscrição de capital à vista pela TC&CT (3)	25.000
Subscrição de capital em parcelas pela TC&CT (3)	51.000
Capital a capitalizar em parcelas pela TC&CT (3)	(51.000)
Patrimônio Líquido da Companhia em 02/08/21, após o closing	47.477
(1) Aporte de capital realizado pela TBrasil com recursos, com a emissão de 319.900 novas ações ordinárias.	
(2) Resultado negativo, decorrente de despesas operacionais, líquidas de imposto de renda e contribuição social.	
(3) Subscrição de capital realizado pela TC&CT com recursos, com a emissão de 190.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da CloudCo Brasil por um preço de emissão total de R\$76.000, sendo R\$25.000 integralizado no closing e R\$51.000 a integralizar em parcelas até janeiro de 2023.	

Como a conclusão da Operação, a partir do 2º de agosto de 2021, a Companhia passou a ser controlada pela TBrasil, com 50,01% de seu capital social (49,99% pela TC&CT).

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pelas Leis nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e nº 11.941, de 27 de maio de 2009.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

b) Bases de Preparação e Apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma). A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia é o Real (R\$).

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses (ciclo operacional normal). Caso contrário, são classificados e demonstrados como não circulantes. A única exceção é o aumento da eficiência operacional, que é considerado ativo e passivo, que são classificados e demonstrados integralmente como não circulantes.

As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram preparadas conforme o CPC 03 (R2) e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando-se o método indireto.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício do julgamento por parte da Administração da Companhia na aplicação das suas políticas contábeis. Essas estimativas são baseadas na experiência, melhor conhecimento, informações disponíveis na data do encerramento do exercício social e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis nas circunstâncias. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido aos critérios inerentes ao processo de estimativas. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

Como as atividades operacionais da Companhia iniciaram-se a partir de 1º de maio de 2021, estas demonstrações financeiras não são comparáveis, pois comparam períodos de oito meses em 2021 e doze meses em 2022.

A Diretoria, em reunião realizada em XX de março de 2023, autorizou e aprovou a emissão destas demonstrações financeiras.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 são consistentes com as utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A Companhia não adotou artificialmente qualquer pronunciamento ou interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória.

A seguir, apresentamos as políticas contábeis significativas e relevantes para a compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia.

a) Caixa e equivalentes de caixa

São ativos financeiros, mensurados ao custo amortizado, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de liquidez imediata, sujeita a um insignificante risco de mudança de valor e quando resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das contratações.

São ativos financeiros mensurados, no momento inicial pelo valor justo e subsequentemente, pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perda estimada para redução ao valor recuperável.

A Companhia mensura a provisão para perda estimada para redução ao valor recuperável em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

c) Tributos

c.1) Tributos correntes

Ativos e passivos tributários são mensurados ao valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias. As alíquotas e a legislação tributária utilizadas no cálculo dos mencionados montantes são aquelas que estão em vigor, ou substancialmente em vigor, na data do encerramento do exercício atual. No balanço patrimonial os tributos correntes são apresentados líquidos dos valores recolhidos por antecipação ao longo do exercício.

Imposto de renda e contribuição social correntes, relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

c.2) Tributos diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados, exceto: (i) quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controles, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do encerramento do exercício e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Tributos diferidos ativos baixados são revisados a cada data de encerramento do exercício e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: (i) quando o tributo diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ativo não dedutível ou de um ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controles, em que o período da diferença temporária pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota de tributo que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária e que foram promulgadas na data do encerramento do exercício.

Tributos diferidos ativos e passivos não são descontados a valor presente e são classificados no balanço patrimonial como não circulantes, independentemente da expectativa de realização.

Os efeitos fiscais de itens registrados diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos igualmente no patrimônio líquido. Itens de tributo diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não foram reconhecidos créditos fiscais diferidos (IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa) pela Companhia, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para utilizar os benefícios destes.

c.3) Tributos sobre vendas

As receitas de serviços estão sujeitas basicamente aos seguintes tributos indiretos: Imposto sobre Serviço Prestado ("ISS") às alíquotas vigentes em cada município e à tributação pelo Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para a Seguridade Social ("COFINS").

d) Imobilizado

É demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, líquido da depreciação e da provisão para a redução ao valor recuperável acumulada, se aplicável.

Os gastos subsequentes à entrada do ativo em operação e que não melhoram a funcionalidade ou aumentam a vida útil do bem são reconhecidos imediatamente no resultado, restando-se o regime de competência. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, gastos que representem melhorias no ativo (aumento da capacidade instalada ou da vida útil) são capitalizados. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração dos resultados, quando incorridos.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens baseada em estudos técnicos.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados anualmente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício em que o ativo for baixado.

e) Arrendamentos (Direito de uso)

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor, conforme permitido pelo CPC 6 (R2).

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

A Companhia atua como arrendatária em contratos de imóveis.

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, pela rescisão do contrato de arrendamento.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia utiliza a sua taxa de empréstimo incremental na data de início, que é a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

f) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo de aquisição/formação no momento do seu reconhecimento inicial.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são demonstrados pelo custo de aquisição e/ou formação, líquido da amortização e da provisão para a redução ao valor recuperável acumulada, se aplicáveis.

A Companhia possui apenas ativos intangíveis com vida útil definida, que são amortizados ao longo da vida útil econômica pelo método linear (20% a.a.) e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indícios de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados anualmente.

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou no método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas necessárias para liquidação de obrigações e uma estimativa razoável de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração dos resultados na categoria de custo/despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração dos resultados no exercício em que o ativo for baixado.

O intangível da Companhia é composto por direitos de uso de *software*, sendo: (i) em 2022, ingressos de R\$364 e amortizações de R\$80 e; (ii) em 2021, ingressos de R\$170 e amortizações de R\$6.

g) Pessoal, encargos e benefícios sociais

Os salários, remunerações e participação nos resultados são negociados em acordos coletivos de trabalho, sendo adicionados os encargos e contribuições sociais correspondentes e apropriados pelo regime de competência. O programa de participação nos resultados para os empregados é baseado em metas operacionais e financeiras da Companhia, sendo implementado uma provisão quando forem satisfeitas as premissas para sua contabilização. Os detalhes dos planos de remuneração baseados em ações estão descritos na nota 19.

Os custos e despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais são contabilizados como custo dos serviços prestados, despesas comerciais ou despesas gerais e administrativas (nota 17).

h) Fornecedores

São passivos a pagar por bens, serviços ou mercadorias que foram adquiridos no curso normal dos negócios. São inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, caso aplicável.

i) Provisões e contingências

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, que é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração dos resultados na categoria de custo/despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração dos resultados no exercício em que o ativo for baixado.

O intangível da Companhia é composto por direitos de uso de *software*, sendo: (i) em 2022, ingressos de R\$364 e amortizações de R\$80 e; (ii) em 2021, ingressos de R\$170 e amortizações de R\$6.

j) Receitas das receitas

As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis decorrentes da prestação de serviços relacionados às suas atividades operacionais descritas na nota 1. As receitas estão sendo apresentadas líquidas dos tributos, incidentes sobre elas. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

k) Receitas (despesas) financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras e outras operações financeiras, sendo reconhecidas pelo regime de competência quando ganhas ou incorridas.

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro.

l) Instrumentos financeiros

l.1) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado nas seguintes categorias de mensuração: (i) a valor justo por meio do resultado; (ii) a custo amortizado; ou (iii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme a situação.

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: (i) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado; (ii) ativos financeiros a custo amortizado; e (iii) ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características de fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de cada instrumento financeiro.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e créditos com partes relacionadas.

l.2) Passivos financeiros

No reconhecimento inicial, um passivo financeiro é classificado nas seguintes categorias de mensuração: (i) a valor justo por meio do resultado; (ii) a custo amortizado; ou (iii) derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, acrescidos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, arrendamentos e obrigações com partes relacionadas.

l.3) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: (i) no mercado principal para o ativo ou passivo; e (ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível à Companhia e/ou suas controladas.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado gerar benefícios econômicos por meio da melhor utilização possível do ativo ou vendendo-o a outro participante do mercado que também utilizaria o ativo da melhor forma possível.

A Companhia determina o prazo de arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os m.5) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naquelas praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento considera os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de preço e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo apresentado nos instrumentos financeiros.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida	16	645.204	44.940
Custos dos serviços prestados	17	(650.304)	(67.931)
Prejuízo bruto		(5.100)	(22.991)
Receitas (despesas) operacionais		(51.790)	805
Despesas com comercialização	17	(34.936)	(8.391)
Despesas gerais e administrativas	17	(12.560)	(3.284)
Outras receitas (despesas), líquidas		(4.294)	12.480
Prejuízo operacional		(56.890)	(22.186)
Resultado financeiro, líquido	18	4.718	1.995
Prejuízo antes dos tributos		(52.172)	(20.191)
Imposto de renda e contribuição social	6.c	(3.020)	(3.848)
Prejuízo do exercício		(55.192)	(24.039)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	2022	2021
Prejuízo do período	(55.192)	(24.039)
Outros resultados abrangentes - planos de benefícios pós-emprego e outros benefícios	(78)	(7)
Resultado abrangente do período	(55.270)	(24.046)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais			
	2022	2021	
Prejuízo antes dos tributos	(52.172)	(20.191)	
Ajustes de:			
Depreciações e amortizações	10.367	506	
Perdas estimadas para a redução ao valor recuperável das contas a receber	15.205	2.503	
Mudanças em provisões passivas (fornecedores)	37.611	28.629	
Planos de previdência e outros benefícios pós emprego	2	-	
Despesas de juros com empréstimos com partes relacionadas	-	207	
Despesas de juros com arrendamentos	2.648	8	
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber	(89.387)	(41.750)	
Tributos a recuperar	(28.940)	(1.242)	
Despesas antecipadas e outros ativos	(53.254)	(3.889)	
Pessoal, encargos e benefícios sociais	5.708	7.266	
Fornecedores	12.127	13.555	
Impostos, taxas e contribuições	21.429	3.834	
Receitas diferidas e outros passivos	122.451	5.717	
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) operações	3.695	(6.653)	
Imposto de renda e contribuição social pagos	(17.352)	(2.833)	
Juros pagos	(338)	(208)	
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(13.995)	(9.694)	
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Recebimentos por alienação de sociedades (nota 1)	31.000	-	
Aquisições de imobilizado e intangível	(2.397)	(32)	
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	28.603	(32)	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos de arrendamentos	(538)	(500)	
Recebimentos por aumentos de capital pelos acionistas	-	53.890	
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(538)	52.500	
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	14.070	22.774	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	42.774	-	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	56.844	42.774	

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

Recebimentos por alienação de sociedades (nota 1)	31.000	-
Aquisições de imobilizado e intangível	(2.397)	(32)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	28.603	(32)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos de arrendamentos	(538)	(500)
Recebimentos para aumentos de capital pelos acionistas	-	53.000
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(538)	52.500
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	14.070	42.774
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	42.774	42.774
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	56.844	42.774

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)				
	Capital social	Capital social a integralizar	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Aporte de Capital à vista pela Telefônica Brasil em 02.08.2021	28.000	-	-	28.000
Aporte de Capital à vista pela TC&CT em 02.08.2021	25.000	-	-	25.000
Aporte de Capital em parcelas a realizar pela TC&CT	51.000	(51.000)	-	-
Outros resultados abrangentes - planos de benefícios pós-emprego e outros benefícios	-	-	(7)	(7)
Prejuízo do exercício	-	-	(24.039)	(24.039)
De 01/05/21 a 02/08/21	-	-	(5.523)	(5.523)
De 03/08/21 a 31/12/21	-	-	(18.516)	(18.516)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	104.000	(51.000)	(24.046)	28.954
Aporte de Capital à vista pela TC&CT em 31.01.2022	-	31.000	-	31.000
Outros resultados abrangentes - planos de benefícios pós-emprego e outros benefícios	-	-	(78)	(78)
Prejuízo do exercício	-	-	(55.192)	(55.192)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	104.000	(20.000)	(79.316)	4.684

continuação

Telefônica

Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil S.A.

CNPJ nº 35.473.014/0001-07

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

10. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

	31.12.22	31.12.21
Salários e remunerações	8	12
Encargos e benefícios sociais	7.739	5.612
Participação de empregados nos resultados	6.085	1.629
Planos de remuneração em ações (nota 19)	338	13
Total	14.170	7.266
Circulante	13.866	7.266
Não circulante	304	-

11. FORNECEDORES

	31.12.22	31.12.21
Fornecedores diversos (Opex, Capex e Serviços) - Terceiros	137.119	28.349
Fornecedores - Partes relacionadas (nota 21)	22.036	15.691
Total	159.155	44.040

12. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	31.12.22	31.12.21
PIS e COFINS	7.346	1.380
ISS	2.660	1.330
Outros tributos sobre importação	5.086	1.158
Total	15.092	3.868

13. ARRENDAMENTOS

A Companhia atua como arrendatária de contratos de arrendamento de imóveis. A seguir, apresentamos os saldos e o cronograma dos arrendamentos a pagar.

	31.12.22	31.12.21
Valor nominal a pagar	20.758	5.588
Despesa financeira não realizada	(1.359)	(1.234)
Valor presente a pagar	19.399	4.354
Circulante	17.194	1.130
Não circulante	2.205	3.224

A seguir, apresentamos o *aging* dos saldos dos valores de arrendamentos a pagar:

2023	17.194
2024	705
2025	816
2026	684
Total	19.399

A seguir, apresentamos a movimentação dos saldos dos valores de arrendamentos a pagar:

Ingressos	4.854
Encargos financeiros (nota 18)	8
Pagamentos - principal	(500)
Pagamentos - encargos	(8)
Saldos em 31.12.21	4.354
Ingressos	13.273
Encargos financeiros (nota 18)	2.648
Pagamentos - principal	(538)
Pagamentos - encargos	(339)
Saldos em 31.12.22	19.399

A taxa média anual ponderada dos contratos de arrendamento em 31 de dezembro de 2022 é de 14,33%, com prazo médio de vencimento de 1,02 anos.

O valor presente dos contratos de arrendamento é mensurado descontando os fluxos de pagamentos futuros fixos, os quais não incluem a inflação projetada, pelas taxas de juros de mercado, estimadas com *spread* de risco intrínseco da Companhia.

As curvas de desconto utilizadas são construídas com base em dados observáveis. As taxas de juros de mercado são extraídas da B3 e o *spread* de risco da Companhia é estimado a partir de títulos de dívida emitidos por Companhias com grau de risco comparável. Dessa forma, a curva final de desconto reflete de forma fidedigna a taxa de juros incremental de empréstimo da Companhia.

14. RECEITAS DIFERIDAS

São os passivos contratuais com clientes, decorrentes da comercialização de licenças de *software* de serviços de *cloud computing*, sendo diferidos ao resultado na medida em que eles se relacionem com obrigações de desempenho que são satisfeitas ao longo do tempo.

Os saldos desta rubrica em 31 de dezembro de 2022 e 2021 eram de R\$128.585 e R\$4.746, respectivamente.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Conforme descrito na nota 1.a), ocorreram os seguintes eventos:

- Em 2 de agosto de 2021, aporte de capital de R\$28.000 em recursos, realizado pela TBrasil, com a emissão de 319.900 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal
- Em 2 de agosto de 2021, aporte de capital de R\$76.000 realizado pela TC&T, com a emissão de 190.000 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, sendo R\$25.000 integralizado no *closing*, R\$31.000 em 19 de janeiro de 2022 e R\$20.000 até janeiro de 2023.

Desta forma, o capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 era de R\$104.000, representado por 510.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, sendo 320.000 ações ordinárias de titularidade da TBrasil e 190.000 ações ordinárias de titularidade da TC&T.

b) Capital social a integralizar

Conforme descrito na nota 1.a), a TC&T tinha a obrigação de integralizar o montante de R\$51.000, em decorrência da emissão de 190.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Cloud Co Brasil. Em 31 de janeiro de 2022, a TC&T efetuou um aporte de R\$31.000, restando o montante de R\$20.000, previsto para ser integralizado em janeiro de 2023.

16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2022	2021 (1)
Receita operacional bruta	725.649	51.248
Serviços	725.649	51.248
Deduções da receita operacional bruta	(80.445)	(6.308)
Tributos (PIS, COFINS e ISS)	(80.445)	(6.308)
Receita operacional líquida	645.204	44.940

(1) Compreende o período de maio a dezembro de 2021.

17. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2022	2021 (1)
Serviços de terceiros	(591.318)	(43.307)
Pessoal	(80.389)	(32.921)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber (nota 5)	(15.205)	(2.503)
Depreciação e amortização (2)	(10.367)	(506)
Aluguéis e seguros	(1.161)	(331)
Outros custos e despesas	640	(38)
Total	(697.800)	(79.606)
Custo dos serviços prestados	(650.394)	(67.931)
Despesas com comercialização	(34.936)	(8.391)
Despesas gerais e administrativas	(12.560)	(3.284)
Total	(697.800)	(79.606)

(1) Compreende o período de maio a dezembro de 2021.

2) Inclui R\$9.664 e R\$405, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, referente à depreciação de arrendamentos.

18. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	2022	2021 (1)
Receitas de aplicações financeiras	8.518	1.281
Juros de créditos a receber (nota 21)	1.581	1.395
Encargos de arrendamentos (nota 13)	(2.648)	(8)
Juros passivos (fornecedores, tributos e outros)	(2.786)	(332)
Outras despesas financeiras	53	(341)
Total	4.718	1.995
Receitas financeiras	10.152	2.676
Despesas financeiras	(5.434)	(681)
Despesas financeiras, líquidas	4.718	1.995

(1) Compreende o período de maio a dezembro de 2021.

19. PLANOS DE REMUNERAÇÃO BASEADOS EM AÇÕES

A controladora indireta da Companhia, Telefônica S.A. ("Telefônica"), mantém diferentes planos de remuneração baseados no valor de cotação de suas ações (*Talent for the Future Share Plan* ("TFSP") e *Performance Share Plan* ("PSP")), os quais foram oferecidos também a dirigentes e empregados de suas controladas, entre elas a Companhia.

A entrega das ações está condicionada a: (i) manter uma relação de trabalho ativa no Grupo Telefônica na data de consolidação do ciclo; e (ii) ao atingimento de resultados que representem o cumprimento dos objetivos estabelecidos para o plano.

O nível de êxito está baseado na comparação da evolução da remuneração ao acionista, considerando cotação e dividendos (*Total Shareholder Return* - TSR) da ação da Telefônica, em relação à evolução dos TSRs das empresas do Grupo de Compartilhado pré-definido, ao atingimento do FCF (*Free Cash Flow*) do Grupo Telefônica e a neutralização e redução de emissões de CO2 (a partir do Ciclo de 2021).

Em 31 de dezembro de 2022 o volume da cotação das ações da Telefônica era de 3.3850 euros.

Os principais planos em vigor em 31 de dezembro de 2022 estão detalhados a seguir:

- *Talent for the Future Share Plan* ("TFSP"), para seus Gerentes Sênior, Gerentes e Especialistas, em nível global: Ciclo 2021-2023 (1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023) com 1 executivo ativo, tendo o direito potencial de receber 1.500 ações da Telefônica.
- *Performance Share Plan* ("PSP"), para seus Vice-Presidentes e Diretores em nível global: Ciclo 2020-2022 (1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024): com 1 executivo ativo da Companhia, tendo o direito potencial de receber 3.611 ações da Telefônica.
- Ciclo 2021-2023 (1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024): com 1 executivo ativo da Companhia, tendo o direito potencial de receber 6.252 ações da Telefônica.
- Ciclo 2022-2024 (1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024): com 1 executivo ativo da Companhia, tendo o direito potencial de receber 10.231 ações da Telefônica.
- *Plano Global de Compartilhado de Ações da Telefônica: Plano 100*

Os empregados inscritos no plano podem adquirir ações da Telefônica mediante contribuições mensais de 25 euros até 150 euros (ou o equivalente em moeda local), descontadas em folha de pagamento, mensalmente com um valor máximo de 1.800 euros ao longo de um período de doze meses (período de compra).

Os seis meses seguintes ao período de compra são o período de retenção das ações compradas. Ao final desse período serão entregues ações adicionais, ou seja, a cada uma ação comprada pelo colaborador, será concedida uma ação gratuita.

O ciclo deste plano tem vigência de 1º de setembro de 2022 a 31 de março de 2024.

A entrega de ações ocorrerá após o período de aquisição de direito do plano, após 31 de março de 2024, e está condicionada a: (i) a permanência na empresa durante os dois anos de duração do programa (período de aquisição de direito), sujeito a determinadas condições especiais em relação às baixas; e (ii) o número exato de ações a serem entregues ao final do período de aquisição de direito depende do número de ações adquiridas e mantidas pelos empregados. Assim, os empregados inscritos no plano, e que continuaram no Grupo Telefônica, que tenham mantido as ações adquiridas por um período adicional de mais seis meses depois do fim do período de compra, terão direito a receber uma ação gratuita para cada ação que tenham adquirido e conservado até o fim do período de aquisição de direito.

Para comemorar o 100º aniversário da constituição da Telefônica (19 de abril de 2024), além das Ações Adicionais, cada um dos participantes poderá receber gratuitamente 100 Ações de Comemoração da Telefônica ("as Ações de Comemoração").

A entrega de ações de comemoração ocorrerá após o período de aquisição de direito do plano, após 31 de março de 2024, e está condicionada a: (i) que o empregado inscrito no plano faça as contribuições, independentemente do valor de tal contribuição, durante os doze (12) meses de duração do Período de Compra sem interrupção; (ii) que mantenha as Ações Adquiridas depositadas na Conta de Valores até a Data de Consolidação; e (iii) que o empregado inscrito no plano continue prestando serviços para o Grupo até a Data de Consolidação (primeiro dia após o término do período de manutenção sendo 31 de março de 2024).

20. PLANO DE PREVIDÊNCIA E OUTROS BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A tabela a seguir descreve os planos que a Companhia patrocina em conjunto com outras Companhias do grupo, com os devidos tipos de benefícios.

Plano	Tipo	Administrador
Assistência médica - Lei 9.656/98	Benefício Definido (BD)	Telefônica Brasil
Visão Multi	Contribuição Definida (CD) / Híbrido	VisãoPrev

A obrigação de benefício definido é composta por diferentes componentes, de acordo com a característica de pensão do plano, podendo ser constituído pelo passivo atuarial de obrigações de complementação de aposentadoria, subsídio de assistência médica a aposentados e dependentes e indenizações por morte e invalidez dos participantes. Esta obrigação está exposta a riscos econômicos e demográficos, tais como: (i) reajustes nos custos médicos que possam impactar no custeio de planos de assistência médica; (ii) crescimento salarial; (iii) taxa de inflação de longo prazo; (iv) taxa nominal de desconto; e (v) expectativa de vida dos participantes e pensionistas.

O valor justo dos ativos do plano Visão (Planos Visão Telefônica e Visão Multi que, por similaridade, são demonstrados aqui em conjunto sob a denominação única de plano de Compra sem interrupção) por investimentos em renda fixa (NTVs, LTNs, Operações compromissadas, CDBs, debêntures, letras financeiras e cotas FIDC) e investimentos em renda variável (investimentos em cotas de fundos de ações e índices de mercado).

Devido à concentração dos investimentos em renda fixa e variável, os ativos do plano Visão estão expostos principalmente aos riscos inerentes ao mercado financeiro e ao cenário econômico, tais como: (i) risco de mercado nos setores econômicos onde os investimentos em renda variável estão concentrados; (ii) risco de eventos que impactem no cenário econômico e nos índices de mercado onde os investimentos em renda variável estão concentrados; e (iii) taxa de inflação de longo prazo que pode consumir a rentabilidade de investimentos em renda fixa de remuneração pré-fixada.

A administração do plano de benefícios Visão patrocinado pela Companhia (VisãoPrev) procura efetuar o cassamento dos fluxos de ativos e passivos por meio da aquisição de títulos de renda fixa e outros ativos de longo prazo.

Os ativos do plano estão posicionados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente, sendo que o rateio dos ativos do plano foi efetuado com base no passivo atuarial da Companhia em relação ao passivo atuarial total do plano.

Os ganhos e perdas atuariais gerados em cada exercício são reconhecidos de forma imediata no patrimônio líquido.

A seguir, apresentamos um sumário dos saldos com partes relacionadas:

2022	Balanco Patrimonial	Demonstração do Resultado	Créditos com partes relacionadas				Obrigações com partes relacionadas passivos e arrendamentos	Custos, despesas e outras receitas	Resultado
Empresas	Natureza da transação	Contas a receber	Fornecedores	Operacional	Receita	Operacional	Operacional	Operacional	Operacional
Telefônica Brasil	a) / d) / e) / f) / g) / h) / i)	14.163	19.439	-	16.290	41.985	(17.748)	(2.268)	
Telefônica Global Solutions S.L.	a) / d) / e) / f) / g) / h) / i)	4.869	-	-	-	8.931	(1.584)	(323)	
Telefônica Cibersegurança e Tecnologia do Brasil	c)	3.822	-	-	-	1.401	(544)	-	
Telefônica Infraestrutura e Segurança Brasil	f)	60	221	-	-	506	40	-	
Telefônica Cybersecurity & Cloud Tech	b) / d)	-	2.989	2.388	-	-	(5.116)	1.581	
Outras	-	-	-	209	-	12	(277)	-	
Total	-	22.914	3.233	22.036	-	16.290	52.835	(23.646)	
Arrendamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	
Obrigações com partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	-	-	
Total	-	-	-	-	-	-	-	-	
2021	-	-	-	-	-	-	-	-	

(1) Compreende o período de maio a dezembro de 2021.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

A Companhia avaliou seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

A seguir, apresentamos a composição dos ativos e passivos financeiros a custo amortizado em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

	31.12.22	31.12.21		
Ativos Financeiros	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	56.844	56.844	42.774	42.774
Contas a receber (nota 5)	113.429	113.429	39.247	39.247
Créditos com partes relacionadas (nota 21)	3.233	3.233	5.359	5.359
Total de ativos financeiros	173.506	173.506	87.380	87.380
Passivos Financeiros				
Circulante				
Fornecedores (nota 11)	159.155	159.155	44.040	44.040
Arrendamentos (nota 13)	19.399	19.399	4.354	4.354
Obrigações com partes relacionadas (nota 21)	23	23	-	-
Total de passivos financeiros	178.577	178.577	48.394	48.394

Política de gestão de riscos

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

líquido (em outros resultados abrangentes).

A seguir, apresentamos informações resumidas dos planos Visão e Assistência médica - Lei 9.656/98.

a) Plano de Previdência Pós-Emprego: Plano Visão

A avaliação atuarial efetuada para o plano de previdência pós-emprego, o plano Visão, utilizou o cadastro dos participantes com data base de 31 de agosto de 2022, projetado para 31 de dezembro de 2022 e o cadastro dos participantes com data base de 31 de julho de 2021, projetado para 31 de dezembro de 2021.

A Companhia patrocina, juntamente com outras patrocinadoras, plano de contribuição definida com componentes de benefícios definidos (plano híbrido) de benefícios previdenciários administrados pela VisãoPrev, o plano Visão, o qual possuía 78 participantes ativos em 31 de dezembro de 2022 (51 participantes ativos em 31 de dezembro de 2021), tendo sido adotado o método do crédito unitário projetado.

O plano é viabilizado através de contribuições efetuadas pelos participantes e pelas patrocinadoras, creditadas em contas individuais. A Companhia é responsável, juntamente com outras patrocinadoras, pelo custeio de todas as despesas administrativas e de manutenção do plano, inclusive pelos riscos de morte e invalidez dos participantes.

As contribuições ao plano Visão são: (i) contribuição básica e adicional, com contribuições efetuadas pelo participante e patrocinadora; e (ii) contribuição suplementar, esporádica e específica, com contribuição efetuada apenas pelo participante.

Além disso, o participante tem a possibilidade de escolher um dos cinco perfis de investimento para aplicar o seu saldo, são eles: Super Conservador, Conservador, Moderado, Agressivo e Agressivo Renda Fixa Longo Prazo.

b) Plano de Benefícios de Saúde Pós-Emprego: Plano de assistência médica - Lei 9.656/98

A avaliação atuarial efetuada para o plano de saúde Lei 9.656/98, o qual possuía 23 participantes ativos em 31 de dezembro de 2022, utilizou o cadastro dos participantes com data base de 31 de agosto de 2022, projetado para 31 de dezembro de 2022.

Em atendimento à Lei 9.656/98, a Companhia administra e patrocina, juntamente com outras empresas do grupo, plano de assistência médica aos aposentados e desligados que efetuam contribuição fixa para o plano. Conforme previsão dos artigos 30 e 31 da referida Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no caso em que o participante tenha direito enquanto empregado ativo. Os participantes em fase de benefício são classificados em aposentados e seus dependentes e demitidos e seus dependentes.

Os aposentados e demitidos, para manutenção de seus direitos aos benefícios, deverão efetuar contribuições ao plano de acordo com as tabelas de contribuição por faixa etária determinadas pelas operadoras e/ou seguradoras.

A seguir, apresentamos o passivo atuarial dos planos de previdência e de outros benefícios pós-emprego: *Conciliação dos passivos (ativos), líquidos*

Passivos (ativos), líquidos em 31.12.22	Passivos (ativos), líquidos em 31.12.21
Planos de assistência previdência médica - pós-emprego Lei 9.656/98	Planos de assistência previdência médica - pós-emprego Lei 9.656/98
Total	Total
115	29
(158)	(58)
(43)	(29)
56	56
13	7
78	-
7	7

Valor presente de obrigação por benefício definido

Valor justo dos ativos dos planos

Passivo não circulante

Limitador dos ativos

Passivo não circulante

Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes

2022	2021
Planos de previdência pós-emprego	Planos de previdência pós-emprego
saúde	saúde
benefícios de	benefícios de
saúde	saúde
(23)	51
(27)	(22)
27	29
4	7

Ganhos atuariais

Efeito limitador

Total

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Transações e saldos com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, com partes relacionadas decorrem de transações com Companhias relacionadas com o grupo controlador, as quais foram realizadas em preços de mercado e demais condições comerciais acordadas em contrato entre as partes, e são como segue:

a) Repasses a serem recebidos por serviços prestados pela subsidiária incluídos na fatura da TBrasil.

b) Juros sobre os valores a receber da TC&T (nota 1.a).

c) Serviço prestado de suporte técnico *data center*.

d) *Cost sharing* agreement, reembolso a ser pago referente a gastos relacionados ao negócio digital.

e) Contratação de locação e manutenção de equipamentos.

f) Serviços corporativos repassados pelo custo efetivamente incorrido.

g) Manutenção e desenvolvimento de sistemas.

h) Prestação de licença de sistema de *software*.

i) Contratos de cessão de direito de uso de equipamentos.

Conforme descrito na nota 20, a Companhia é patrocinadora de planos de previdência e outros benefícios pós-emprego aos seus empregados junto à Visão Prev.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia são:

Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A pulverização de sua carteira de recebíveis, para os clientes não a ser muito, a seletividade de vendas por segmento de mercado e limites individuais de posição são procedimentos adotados, a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência nas contas a receber. Adicionalmente, para os clientes do grupo, não existem expectativas de inadimplência.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de baixo risco.

A gestão de capital da Companhia não se preocupa em manter um rating de crédito considerável perante as instituições financeiras, uma vez que os empréstimos são mantidos apenas com partes relacionadas.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização/liquidação de seus direitos e obrigações.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente pela Administração da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.

Seguros

A política da TBrasil e suas controladas, bem como do Grupo Telefônica, inclui a manutenção de cobertura de seguros para todos os ativos e responsabilidades de valores relevantes de alto risco, de acordo com o julgamento da Administração, seguindo orientações do programa corporativo da Telefônica.

Em 31 de dezembro de 2022, os limites máximos de indenização para a Companhia (estabelecidos conforme os contratos de cada sociedade consolidada pela TBrasil) para os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros eram de R\$84 milhões para riscos operacionais (com lucros cessantes).

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguro, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 19 de janeiro de 2023, a Companhia recebeu R\$20.000 da TC&T, finalizando o processo de integralização de capital descrito nas notas 1.a) e 15.b).

A entrega das ações está condicionada a: (i) manter uma relação de trabalho ativa no Grupo Telefônica na data de consolidação do ciclo; e (ii) ao atingimento de resultados que representem o cumprimento dos objetivos estabelecidos para o plano.

O nível de êxito está baseado na comparação da evolução da remuneração ao acionista, considerando cotação e dividendos (Total Shareholder Return - TSR) da ação da Telefônica, em relação à evolução dos TSRs das empresas do Grupo de Comparação pré-definido, ao atingimento do FCF (Free Cash Flow) do Grupo Telefônica e a neutralização e redução de emissões de CO2 (a partir do Ciclo de 2021).

Em 31 de dezembro de 2022 o valor da cotação das ações da Telefônica era de 3.3850 euros.

Os principais planos em vigor em 31 de dezembro de 2022 estão detalhados a seguir:

- **Talent for the Future Share Plan ("TFSP")**, para seus Gerentes Sênior, Gerentes e Especialistas, em nível global: Ciclo 2021-2023 (1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023) com 1 executivo ativo, tendo o direito potencial de receber 1.500 ações da Telefônica.
- **Performance Share Plan ("PSP")**, para seus Vice-Presidentes e Diretores em nível global: Ciclo 2020-2022 (1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024): com 1 executivo ativo da Companhia, tendo o direito potencial de receber 3.611 ações da Telefônica.
- Ciclo 2021-2023 (1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024): com 1 executivo ativo da Companhia, tendo o direito potencial de receber 6.252 ações da Telefônica.
- Ciclo 2022-2024 (1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024): com 1 executivo ativo da Companhia, tendo o direito potencial de receber 1.500 ações da Telefônica.
- **Plano Global de Compra Incentivada de Ações da Telefônica: Plano 100**

Os empregados inscritos no plano podem adquirir ações da Telefônica mediante contribuições mensais de 25 euros até 150 euros (ou o equivalente em moeda local), descontadas em folha de pagamento, mensalmente com um valor máximo de 1.800 euros ao longo de um período de doze meses (período de compra).

Os seis meses seguintes ao período de compra são o período de retenção das ações compradas. Ao final desse período serão entregues ações adicionais, ou seja, a cada uma ação comprada pelo colaborador, será concedida uma ação gratuita.

O ciclo deste plano tem vigência de 1º de setembro de 2022 a 31 de março de 2024.

A entrega de ações ocorrerá após o período de aquisição de direito do plano, após 31 de março de 2024, e está condicionada a: (i) a permanência na empresa durante os dois anos de duração do programa (período de aquisição de direito), sujeito a determinadas condições especiais em relação às baixas; e (ii) o número exato de ações a serem entregues ao final do período de aquisição de direito depende do número de ações adquiridas e mantidas pelos empregados. Assim, os empregados inscritos no plano, e que continuaram no Grupo Telefônica, que tenham mantido as ações adquiridas por um período adicional de mais seis meses depois do fim do período de compra, terão direito a receber uma ação gratuita para cada ação que tenham adquirido e conservado até o fim do período de aquisição de direito.

Para comemorar o 100º aniversário da constituição da Telefônica (19 de abril de 2024), além das Ações Adicionais, cada um dos partícipes poderá receber gratuitamente 100 Ações de Comemoração da Telefônica ("as Ações de Comemoração").

A entrega de ações de comemoração ocorrerá após o período de aquisição de direito do plano, após 31 de março de 2024, e está condicionada a: (i) que o empregado inscrito no plano faça as contribuições, independentemente do valor de tal contribuição, durante os doze (12) meses de duração do Período de Compra sem interrupção; (ii) que mantenha as Ações Adquiridas depositadas na Conta de Valores até a Data de Consolidação; e (iii) que o empregado inscrito no plano continue prestando serviços para o Grupo até a Data de Consolidação (primeiro dia após o término do período de manutenção sendo 31 de março de 2024).

20. PLANO DE PREVIDÊNCIA E OUTROS BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A tabela a seguir descreve os planos que a Companhia patrocina em conjunto com outras Companhias do grupo, com os devidos tipos de benefícios.

Plano	Tipo	Administrador
Assistência médica - Lei 9.656/98	Benefício Definido (BD)	Telefônica Brasil
Visão Multi	Contribuição Definida (CD) / Híbrido	VisãoPrev

A obrigação de benefício definido é composta por diferentes componentes, de acordo com a característica de pensão de cada plano, podendo ser constituído pelo passivo atuarial de obrigações de complementação de aposentadoria, subsídio de assistência médica a aposentados e dependentes e indenizações por morte e invalidez dos participantes. Esta obrigação está exposta a riscos econômicos e demográficos, tais como: (i) reaj